

DO PARNAÍTO
NA COLINA

D. JOÃO IV
RESTAURADO

D. JOÃO IV
RESTAURADO

D. João IV Restaurado

Por vésperas de Natal, num evocativo recinto das efémeras construções de Belém, em maquete de gesso foi apresentada ao público, a estátua equestre de D. João IV, modelada por Francisco Franco.

De alto significado para o sentimento colectivo foi aquele momento, em que deviam ter-se congregado em presença ou em espírito todos os portugueses de raça e de lei, diante de um símbolo da mais pura e nacional projecção.

Com a consciência histórica de esse ciclo de trabalhos e incertezas em que os nossos Maiores testemunharam a sua estremada capacidade de amor e sacrifício pela Pátria, ninguém poderá deixar de observar e louvar, ainda que através da matéria fria e ingrata do projecto, o escrúpulo de probidade e a penetrante intuição do estatuário, ao conceber e realizar tal obra de justiça e glorificação.

D. JOÃO IV RESTAURADO

Por solene e oportuna apoteose, este monumento, todos o sabem, destinava-se a encerrar o período brigantino das Festas Centenárias.

No Terreiro do Paço de Vila Viçosa deveria ter ele ficado no lugar e dia escolhidos, se as exigências de prazos de tempo pudessem medir-se com as responsabilidades de tamanha realização.

Mas agora a criação chegou ao fim, e nela podemos já fitar os olhos, para admirar e aplaudir com justiça, uma das mais altas expressões do génio plástico dos portugueses em todos os tempos.

Na figura do rei não há arrogância, e muito menos o ameaçador plebeísmo dos condutores de massas populares de ontem e de hoje, quando montam cavalos em paradas, ou oprimem, pelo direito da força, os povos pequenos e pacíficos.

Revê-se ali, no firme aprumo do busto, na enérgica serenidade da fisionomia, a força da consciência de alguém que vai pleitear com armas por justiça, a tranquila nobreza de quem vê o seu direito dinástico identificado com a liberdade da Pátria.

Naquela representação, não se amostra o vingativo *condottieri*, o improvisado chefe de ambições, demagogo que tomasse o poder para o gozar com a feroz e inquieta volúpia de quem o usurpou, para vir um

NA COLINA DO PARNASO

dia a perdê-lo; não se retrata o chefe da *sublevação do Duque de Bragança*, como à Revolução de 1640 chamara certo autor alemão, segundo refere numa das suas cartas o padre António Vieira.

No próprio cavalo, desde os cascos às orelhas, por todo o equilíbrio dos volumes em seu conjunto, não se descobrem trechos de expressão morta ou menos cuidada: em todos perpassa um estímulo de dignidade, como se para o corpo da alimária se transfundisse o frémito das aclamações, dando-lhe consciência do alto desígnio de conduzir para o trono, o neto dos reis que formaram e engrandeceram Portugal.

Na figura do homem que ali se vê, bem se surpreende a alma do duque de Bragança, esse que iria partir de Vila Viçosa para Lisboa, apenas seguido de poucos, mas leais servidores, como viva personificação do anseio messiânico por sessenta anos de união e sujeição a Castela.

Não é o duque hesitante, de longa prudência, nem o rei coroado e aclamado, ou o soberano generalíssimo já orgulhoso dos acertos de algumas escaramuças e do êxito final de Montijo, em 1644.

Em seu aprumo de lusitana e antiga nobreza, parece ler-se uma réplica de razão e direito à velasquiiana arrogância dos retratos do duque de Olivares ou do próprio Felipe IV.

D. JOÃO IV RESTAURADO

Naquele instante se desdobraria à luz da realidade,
a profecia de frei Rodrigo da Conceição:

*Do Reyno a potestade anda encuberta,
Na Pátria própria, o Rey vive escondido
E por hum modo estranho, e nunca ouvido,
Que se ha de entronizar he cousa certa.*

Dilatava-se o júbilo dos que mediam as esperanças
pelos anos do sofrimento:

*Já o tempo desejado
He chegado
Segundo o firmal assenta:
Já se cerram os quarenta
Que se aumenta
Por um doutor já passado,
O rei novo he levantado.*

E a todos quantos viam o Duque, transfigurado no
resplendor das lanças e armaduras, bem acertada lhes
parecia a exaltação profética do Bandarra, convertida
agora em proclamação nominal, pela simples mudança
de uma letra:

NA COLINA DO PARNASO

*Saia, saia esse infante
Bem andante;
O seu nome é Dom João.
Correr-lhe-ão o pendão
E o guião
Poderoso e triunfante*

... ..
... ..
Parece que todas estas vozes ecoaram na alma do
escultor, para a misteriosa génese da obra de arte em
que se ergueu esse português de sangue real, a quem a
História distribuiria o primeiro cargo e o maior perigo
na empresa da Restauração. Por estranho e milagroso
poder da arte, assume forma visível e humana a aspi-
ração da Liberdade; surpreende-se a personificação de
D. João IV na hora em que obedecia ao mandado
da Nação, ao apelido dos Nobres, da Clerazia e do
Povo, que há três dias o andavam a aclamar pelas
praças e ruas de Lisboa, pelas cidades e vilas do Reino.

No dia 4 de Dezembro, ia entrar num coche e par-
tir para o destino de tomar o ceptro de Portugal.

Com o Restaurador anunciado pelas profecias,
vinham os Avós Afonsinos e de Avis, os Reis e Prínci-
pes da Conquista e da Expansão, e por esse cortejo de

sombras se afirmava na consciência pública, a continuidade do sangue e do prestígio dinástico, a dar razão e segurança ao seu poder libertador no tempo presente e no futuro.

Feliz concepção e interpretação de um momento histórico, de que dá perfeito testemunho este Artista. insigne revelador das almas de Gonçalves Zarco e da rainha Dona Leonor.

Por flagrante visão, soube ele surpreender o momento difícil da alegria na incerteza, o redentor impulso de um fidalgo da estirpe real que, abandonando casa, gostos e prazeres fáceis, os livros e a música, se decide a cumprir a sua promessa pela difícil missão de fiador da dignidade da Pátria e guia seguro na reconquista da sua autonomia.

Se D. João II, duque de Bragança, assim não foi, assim ele deveria ter sido, porque tudo se passou como se realmente o fosse.

Ali está o condutor disposto e preparado, mais para os serviços do que para os benefícios, menos para as glórias triunfais do que para as provações de tantos anos de angustiosos esforços nas armas, nos navios e nas lutas diplomáticas.

Em toda a sua dignidade bem se representa o verdadeiro chefe, o rei, que havia de viver e morrer sempre fiel ao espírito que ditou o seu testamento, voz

de consciência, à hora em que um cristão de fé e esperança verdadeiras nunca pode mentir:

Os príncipes são mais obrigados, que os outros homens, a justificar seus procedimentos para com o mundo, quando deles resulta honra, e crédito para a sua Nação, e Vassallos; por esta razão tenho por conveniente declarar neste lugar, que pela hora em que estou, e pela conta que hei de dar a Deos, me resolvi a restituir-me a esta Corôa, sem nenhum respeito particular da minha pessoa, senão por livrar os Reynos, que me pertencem, das misérias, que lhe via padecer, em estranha sojeição, e por entender era obrigado a isso em minha consciência, sujeitando-me por esta cauza a vida, e trabalhos, poderá ser, diferentes da minha inclinação, e como o meu intento foi tão justo, tenho, e tive sempre por certo da bondade e justiça de Deos, se pague muito delle...

*

Desde agora, poderemos considerar Portugal mais opulento com esta nova estátua equestre de nacional sentido e que de reputação universal também se tornará em breve tempo. Mas, enquanto D. José I caminha com a solene e ostentosa majestade de triunfal cortejo por conta da glória do Marquês, seu ministro, D. João IV

levanta-se com a certeza do seu direito para a incerteza do seu trono, constantemente a oscilar pelos últimos dezesesseis anos da vida, morrendo sem ver consagrada por paz definitiva, a magna empresa da restituição da independência, a que o dever histórico o chamara.

A estátua é de hoje, mas tem três séculos o espírito que das suas formas irradia, quinhentos ou dois mil anos a razão, a harmonia, o misterioso equilíbrio que provém das mais ignotas potências da alma, assegurando às obras do génio humano, para além das expressões transitórias, a vida sublimada na virtude da perenidade.

A grandeza da escultura esconde-se no sortilégio da proporção, provocando-nos ao impulso de inscrever numa circunferência a composição do cavaleiro e do cavalo, oferecendo as linhas do perfil para cunho de moeda comemorativa do 3.º centenário, ou medalha de honra para o Artista.

Da História mereceu D. João IV o epíteto de Restaurador, sem que das equívocas reflexões de facciosos verdadeiros e de falsos historiadores, o rei não apparecesse desfigurado nos méritos e nos próprios defeitos; mas das mãos de um estatuário de assinalados recursos, saiu ele restaurado em verdade e verosimilhança, porque a interpretação agora seguida e felizmente plastificada, vale por uma consagração de luminosa

crítica, de evocadora certeza. Daqui a alguns meses, o vulto do rei, erguido à luz do sol alentejano e com merecida ufania virado para Leste, ficará para sempre a atestar o vitorioso remate de uma longa justificação de direitos históricos, com a constante advertência dos nossos deveres de portugueses.

Se os olhos não podem ainda prender-se à sugestão de eternidade do bronze que há-de enobrecer o velho solar da Dinastia de Bragança, desde este dia celebrado, já é lícito saudar e vitoriar a nova criação deste Mestre escultor que em carne de terra portuguesa, amassada por suas mãos, fez ressuscitar à luz do ceu de Lisboa, a egrégia figura de El-Rei D. João IV.

Já sobre ela vimos ontem descer os passarinhos, como pétalas festivas, a desfolhar-se, em feliz augúrio... Quem sabe?...

Uma tarde, José de Figueiredo, com aquele suave contentamento que às vezes transbordava da sua áspera fisionomia, disse-me em meia confidência:

— Vou dar-lhe uma notícia de que há-de gostar, com certeza: o Governo acaba de aprovar a minha proposta para se erigir uma estátua equestre a D. João IV, em frente do Paço de Vila Viçosa.

Achei digna e justa semelhante iniciativa do grande crente e apóstolo da Arte Portuguesa.

E à minha receosa curiosidade de conhecer o artista

D. JOÃO IV RESTAURADO

a quem seria confiado encargo de tal monta, respondeu decisivamente:

— Só o Francisco Franco.

Hoje que o projecto vai a termo de perfeição, também devemos considerar feliz um Governo que pode contar com tal realizador dos seus planos, para pôr o dinheiro público ao serviço da beleza, suscitando a criação desta obra-prima.

A estátua de D. João IV já transcende o seu próprio criador, para que dela possam orgulhar-se os outros escultores, com sentimento de amor e fraternidade em seu grémio; e contentes da tal maravilha se devem considerar e mostrar os verdadeiros portugueses de hoje, sem azedumes pessoais, nem paixões levianas, nem estreitos parcialismos políticos.

O impulso de consciência, o dever nacional de agora é admirar um dos mais altos padrões da arte portuguesa, em que se glorifica o maior esforço da nossa vida colectiva, aquele que nenhum outro excede em beleza de intenções e dureza de sacrifícios.

26 DE DEZEMBRO DE 1940.

GENTIL MARÉ